Justiça climática como direito fundamental: um ensaio à luz da teoria garantista de Luigi Ferrajoli

Climate justice as a fundamental right: an essay in light of Luigi Ferrajoli's guarantee theory

Maria Eduarda Zunino de Souza[1]

RESUMO

Este artigo propõe discutir de que forma a justiça climática integra a esfera dos direitos fundamentais e, como tal, deve ser exigida mediante instrumentos normativos e jurisdicionais robustos e enquanto direito fundamental juridicamente exigível, à luz da teoria garantista de Luigi Ferrajoli e da jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH). O objetivo geral é investigar a justiça climática como uma dimensão dos direitos fundamentais, articulando os conceitos de garantias primárias e secundárias, bens fundamentais e constitucionalismo global, conforme proposto por Ferrajoli. O trabalho analisa ainda a atuação da Corte IDH em sua função contenciosa e consultiva, destacando sua contribuição para a construção de uma hermenêutica internacional voltada à proteção dos bens fundamentais. A pesquisa adota o método dedutivo, com abordagem qualitativa, descritiva e teórica, fundamentada em revisão bibliográfica e documental. Conclui-se que a justiça climática, por afetar o núcleo essencial dos direitos fundamentais, deve ser reconhecida como direito fundamental e garantida por mecanismos jurídicos eficazes em escala internacional.

Palavras-chave: Bens Fundamentais; Direitos Fundamentais; Garantismo; Justiça Climática.

ABSTRACT

This article aims to discuss how climate justice is part of the sphere of fundamental rights and, as such, must be ensured through robust normative and judicial instruments, being legally enforceable as a fundamental right in light of Luigi Ferrajoli's guarantee theory and the jurisprudence of the Inter-American Court of Human Rights

[1] Mestranda em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Pesquisadora do Observatório de Justiça Ecológica (OJE/CNPq-UFSC). E-mail: mariaeduardadesouza.19duda@gmail.com

(IACtHR). The main objective is to investigate climate justice as a dimension of fundamental rights by articulating the concepts of primary and secondary guarantees, fundamental goods, and global constitutionalism as proposed by Ferrajoli. The article also analyzes the role of the IACtHR in both its contentious and advisory functions, highlighting its contribution to shaping an international hermeneutic aimed at protecting common goods. The research adopts a deductive method with a qualitative, descriptive, and theoretical approach, based on bibliographic and documentary review. It concludes that, as it affects the core of fundamental rights, climate justice must be recognized as a fundamental right and safeguarded by effective legal mechanisms at the international level.

Keywords: Climate Justice; Fundamental Goods; Fundamental Rights; Ferrajoli's Theory of Guarantees.

1 INTRODUÇÃO

A crise climática-ecológica contemporânea destaca-se como um dos desafios mais urgentes e complexos enfrentados pela humanidade e uma das questões decisivas do futuro da humanidade. Esse fenômeno transcende fronteiras geográficas e políticas, impactando diretamente uma série de direitos humanos fundamentais, substantivos e procedimentais, especialmente nas regiões e comunidades historicamente em situação de vulnerabilidade, como é o caso dos países da América Latina (Fagundez; Albuquerque; Filpi, 2020). Diante desse cenário, a discussão sobre a justiça climática emerge como um imperativo, exigindo uma abordagem jurídica robusta que garanta a proteção desses direitos fundamentais em face das ameaças decorrentes das alterações climáticas.

Este artigo propõe discutir a justiça climática não apenas como um conceito ético ou político, mas como um direito fundamental juridicamente exigível. Para tanto, a análise será ancorada na teoria garantista de Luigi Ferrajoli, que, ao estabelecer os direitos fundamentais como universais, indisponíveis e dotados de garantias primárias e secundárias, oferece o arcabouço conceitual necessário para sustentar a justiça climática como direito judicialmente exigível.

A estrutura proposta por Ferrajoli pressupõe a existência de um Estado de Direito comprometido com a legalidade substancial e com a efetividade de direitos

universais. No entanto, as crises contemporâneas, particularmente a crise climática, desafiam os limites desse modelo frente ameaças globais, interdependentes e assimétricas, em relação às quais as instituições estatais mostram-se frequentemente incapazes de proteger de maneira eficaz os bens fundamentais, como o clima, a biodiversidade, os ciclos hídricos e o ar limpo. Tal insuficiência tem origem, entre outros fatores, na crise da soberania dos Estados nacionais frente à globalização econômica e à fragmentação das competências políticas e jurídicas (Ferrajoli, 2022). Frente a isso, Ferrajoli propõe a ampliação do paradigma garantista para uma escala transnacional, por meio de um "constitucionalismo global" voltado à proteção universal de bens e direitos fundamentais.

Nesse contexto, o conceito de justiça climática se insere como elemento-chave: trata-se da exigência de uma resposta equitativa às mudanças climáticas, que reconheça sua distribuição desigual entre Estados, regiões e povos, e promova a responsabilização diferenciada de Estados e atores privados, sobretudo em relação aos grupos mais vulneráveis. É justamente nesse cenário que a litigância climática ganha relevância como instrumento de garantia secundária dos direitos fundamentais no plano internacional.

A atuação crescente da Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH) representa um passo decisivo nesse processo. Ao julgar litígios climáticos com base na interdependência entre um meio ambiente ecologicamente equilibrado e os direitos humanos, a Corte contribui para a consolidação de uma hermenêutica jurídica voltada à proteção dos bens fundamentais (Filpi, 2021, Souza, 2024). Assim, a Corte IDH torna-se não apenas instância de reparação, mas também de construção normativa, ampliando os marcos do direito internacional dos direitos humanos e reforçando a justiça climática como um direito fundamental exigível para além das fronteiras estatais.

À vista do exposto, este trabalho tem como objetivo geral investigar a justiça climática como uma dimensão dos direitos fundamentais, a partir da teoria garantista de Luigi Ferrajoli e da jurisprudência da Corte IDH. Parte-se da premissa de que as transformações climáticas e ambientais afetam diretamente bens

indispensáveis à vida digna, como a água, o ar, a saúde e o meio ambiente equilibrado, exigindo, portanto, uma resposta jurídica adequada.

O trabalho adota o método dedutivo, adotando como métodos auxiliares a abordagem qualitativa e descritiva, voltada à análise contextual e interpretativa do objeto estudado. Utiliza-se, ainda, pesquisa teórica, com base em revisão bibliográfica e documental.

2 A TEORIA GARANTISTA DE LUIGI FERRAJOLI E OS DIREITOS FUNDAMENTAIS

A teoria garantista de Luigi Ferrajoli oferece um arcabouço conceitual rigoroso que permite não apenas definir os direitos e bens fundamentais, mas também estabelecer as condições para sua efetiva proteção e exigibilidade. Ferrajoli, em sua vasta produção, desvela a estrutura lógica e normativa que subjaz aos direitos, distinguindo-os de outras categorias jurídicas e apontando para a necessidade de garantias robustas para sua concretização.

Ferrajoli inicia sua construção teórica com uma definição formal de direitos fundamentais, afastando-se de abordagens substancialistas ou axiológicas que poderiam atrelá-los a valores morais específicos ou a conteúdos pré-determinados. Para ele, direitos fundamentais são "todos os direitos universais, indisponíveis e imediatamente dispostos por normas téticas, das quais todos são titulares enquanto e somente enquanto pessoas naturais, ou cidadãos ou pessoas e/ou cidadãos capazes de agir" (Ferrajoli, 2022, p. 117). Portanto, segundo sua teoria, os direitos fundamentais são inalienáveis, irrenunciáveis e imprescritíveis e, destarte, são indisponíveis ao Estado, ao seu próprio titular e, sobretudo, aos interesses do mercado (Cademartori; Cademartori, 2014).

Esta definição é crucial, pois seu caráter formal permite que seja aplicável a qualquer ordenamento jurídico, independentemente de seu contexto histórico ou cultural, e evita a armadilha de confundir a validade jurídica de um direito com seu valor moral. A esse respeito, Cademartori e Cademartori lecionam sobre as vantagens de uma definição formal de direitos fundamentais, “dado que a mesma prescinde de

circunstâncias de fato, sendo válida para qualquer ordenamento, independentemente dos direitos fundamentais estabelecidos no mesmo, inclusive nas ordens totalitárias ou pré-modernas" (2014, p. 6-7).

A universalidade, um dos pilares dessa definição, não significa que os direitos fundamentais sejam universalmente compartilhados ou que possuam um fundamento ontológico inerente. Pelo contrário, a universalidade, na concepção ferrajoliana, refere-se à atribuição desses direitos a classes ou status universais de indivíduos: cidadãos ou pessoas com capacidade de agir. Essa distinção é vital, pois historicamente esses status foram restritos a classes privilegiadas, conforme Ferrajoli:

> [...] foi o que aconteceu, num passado longínquo, quando da condição de pessoas foram excluídos os escravos, mas também recentemente, quando a capacidade de agir foi limitada para as mulheres, para os pobres e para os sem educação. E isso é o que acontece ainda hoje com a exclusão dos imigrantes, por não serem cidadãos, privados não apenas dos direitos políticos, mas também do direito de acesso e residência no território de imigração e, portanto, de todos os outros direitos (Ferrajoli, 2022, p. 121).

Assim, o autor defende que a garantia dos direitos fundamentais deve se dar igualmente a todos os seres humanos e, portanto, pressupõe a superação de discriminações, reconhecendo a todos indiscriminadamente a personalidade; a capacidade de agir (salvo exceções como a de um infante, por exemplo); e o fim da discriminação em decorrência do lugar de nascimento, atrelada à cidadania (Ferrajoli, 2022).

Em contrapartida aos direitos fundamentais, Ferrajoli define os direitos patrimoniais como "todos os direitos singulares, disponíveis, predispostos por normas hipotéticas, dos quais cada um é titular com exclusão de todos os outros" (Ferrajoli, 2022, p. 118). A estrutura oposta entre essas duas categorias é fundamental: enquanto os direitos fundamentais são universais e indisponíveis, os patrimoniais são singulares e disponíveis.

Não obstante, Ferrajoli critica veementemente a confusão histórica entre liberdade e propriedade, construídas no seio do liberalismo. Ele argumenta que a associação da propriedade com a liberdade, como se fossem igualmente fundamentais, e a identificação substancial da primeira com a segunda, são equívocos que desvirtuam o verdadeiro sentido da liberdade. A propriedade, ao contrário da liberdade, não é um direito que coexiste sem possíveis prejuízos recíprocos; é um

poder cujo exercício pode limitar as liberdades de outrem (Ferrajoli, 2022; Cademartori; Cademartori, 2014). Essa distinção é particularmente relevante para a discussão da justiça climática, pois a apropriação e exploração ilimitada de recursos naturais, muitas vezes justificada sob a égide da propriedade, pode comprometer os direitos fundamentais de toda uma coletividade.

Somando-se a isso, a teoria garantista parte da premissa de que os direitos fundamentais somente se realizam plenamente quando amparados por garantias eficazes. Nesse sentido, distinguem-se as garantias primárias e as secundárias. As garantias primárias impõem obrigações diretas ao Estado, como a abstenção de interferências (nos direitos negativos) e a atuação por meio de políticas públicas (nos direitos prestacionais). Atuam no plano administrativo e não dependem, em regra, de intervenção judicial, se concretizando a partir do funcionamento efetivo das instituições públicas responsáveis pela proteção dos direitos (Ferrajoli, 2022).

As garantias secundárias, por sua vez, são de natureza jurisdicional e destinam-se a reparar lesões quando as garantias primárias falham. Manifestam-se na atuação do judiciário, seja para anular atos incompatíveis com normas de direitos fundamentais, seja para impor sanções e reparações (Ferrajoli, 2022). Para Ferrajoli, a existência de ambas as garantias é indispensável à efetividade dos direitos fundamentais, sendo a sua ausência considerada uma omissão inconstitucional. Portanto, o garantismo desloca o foco do reconhecimento formal dos direitos, sendo a mera proclamação de direitos insuficiente, e torna imprescindível a existência e efetividade de garantias que tornam os direitos fundamentais juridicamente exigíveis.

Por fim, Ferrajoli observa que enquanto essas estruturas de garantia geralmente estão presentes nos ordenamentos jurídicos nacionais constitucionais, seja com maior ou menor eficácia, elas ainda são incipientes no plano do direito internacional. Assim, a criação de garantias internacionais, tanto primárias quanto secundárias, é vista por ele como um passo essencial para a consolidação de um constitucionalismo global, voltado à proteção universal dos direitos fundamentais. Sem essas garantias, as declarações de direitos no plano internacional não passariam de enunciados normativos destituídos de força vinculante real, submetidos à lógica

política dos Estados e à assimetria de poder do sistema econômico globalizado internacional (Ferrajoli, 2022).

2.1 Condições materiais dos direitos: os "bens fundamentais"

Um dos conceitos fundamentais de Ferrajoli, de particular relevância para a justiça climática que aqui se discute, é a noção de bens fundamentais. Ele propõe uma redefinição do conceito de "bem" para além da tradicional acepção patrimonial (Ferrajoli, 2010) e define que "bem" é "qualquer entidade que possa ser objeto de uma situação jurídica" (Ferrajoli, 2022, p 198). Dentro dessa nova categorização, Ferrajoli distingue três classes diferentes de bens: patrimoniais; ilícitos; e fundamentais.

Os bens patrimoniais são aqueles que são objeto de direitos patrimoniais, caracterizados por sua disponibilidade e alienabilidade, podendo ser transacionados no mercado (Ferrajoli, 2022). Em segundo lugar, os bens ilícitos são aqueles cuja produção, comércio, uso ou posse são proibidos (Ferrajoli, 2022). Por sua vez, os bens fundamentais são aqueles que constituem os objetos de direitos fundamentais e sua principal característica é a indisponibilidade, ou seja, sua subtração ao mercado (Ferrajoli, 2010). Assim, segundo o autor, são bens fundamentais:

> [...] os bens cuja acessibilidade é garantida a todos e a cada um porque objeto de outros tantos direitos fundamentais e que por isso, da mesma forma que estes, são subtraídos à lógica do mercado: o ar, a água e outros bens do patrimônio ecológico da humanidade e, ainda, os órgãos do corpo humano, os fármacos considerados "essenciais" ou "salva-vidas" e similares" (Ferrajoli, 2010, p. 35).

Diante dessa premissa, Ferrajoli subdivide os bens fundamentais em três classes principais: bens comuns; bens personalíssimos; e bens sociais. Os bens comuns (que mais interessa a este trabalho) são objeto de "liberdades de" (o direito de todos de acessar seu uso e gozo) e "liberdades a" (imunidade contra devastações ou poluições que comprometam sua conservação). Incluem elementos essenciais como o ar, a água potável, os fundos oceânicos, a biodiversidade e o meio ambiente em geral (Ferrajoli, 2022). A agressão a esses bens não afeta apenas interesses difusos, mas compromete de maneira estrutural a realização de direitos como a vida e a saúde, muitas vezes sem que isso seja imediatamente percebido pelos próprios titulares. Por exemplo, não raro os sujeitos que têm direitos fundamentais violados em

decorrência das mudanças climáticas e não percebem o nexo causal entre as situações (Ferrajoli, 2022). Diante disso, Ferrajoli reforça a necessidade de garantias institucionais e defende que sua proteção deve ser direta, objetiva e independente da iniciativa das pessoas individualmente consideradas (Ferrajoli, 2010).

Já os bens personalíssimos são objeto de "liberdades a" (imunidades), sendo utilizáveis e acessíveis unicamente por aqueles que os detêm como parte integrante de sua pessoa (ex: órgãos do corpo humano). Sua proteção é um interesse individual e personalíssimo e a indisponibilidade desses bens decorre de seu caráter constitutivo da própria dignidade humana (Ferrajoli, 2022; Ferrajoli, 2010).

Por fim, os bens sociais correspondem àqueles necessários para assegurar a sobrevivência digna e a participação igualitária na vida coletiva. São bens dos quais decorrem direitos sociais fundamentais, como a alimentação básica, os medicamentos essenciais e demais serviços imprescindíveis à preservação da vida e da saúde. Diferentemente dos bens comuns ou personalíssimos, sua proteção jurídica não se fundamenta na indisponibilidade, mas na obrigação estatal de prestação universal e sua subtração ao mercado, portanto, não se dá pela proibição de uso ou disposição, mas pela imposição de que sejam fornecidos de forma gratuita, como dever jurídico derivado da norma constitucional que consagra os direitos sociais (Ferrajoli, 2010).

A garantia dos bens fundamentais reside, portanto, em sua subtração ao mercado. Essa indisponibilidade, no entanto, difere daquela dos direitos, pois os bens são materialmente apropriáveis e destituíveis, exigindo proibições específicas para sua proteção (Ferrajoli, 2010; Ferrajoli, 2022). Trata-se de uma operação normativa que visa assegurar a existência dos bens de que dependem os direitos, superando a ideia de que os direitos fundamentais se bastariam em sua mera enunciação abstrata. Nesse sentido:

> [...] o desenvolvimento tecnológico revelou como fundamentais, para a própria sobrevivência do gênero humano, muitos bens naturais que até há poucas décadas não eram nem mesmo "bens", mas simples "coisas", como a água, o ar e os equilíbrios ecológicos, e que hoje, para não serem expostos à apropriação privada e/ou à destruição, exigem sua garantia como bens comuns por meio de limite às atividades privadas e vínculos à esfera pública (Ferrajoli, 2010, p. 200).

Em conclusão, sem a proteção institucional dos bens que lhes dão substrato material, os direitos fundamentais tornam-se promessas vazias, facilmente capturadas pela lógica liberal e pelas assimetrias do mercado. O garantismo, ao contrário, exige uma arquitetura normativa robusta, capaz de identificar os objetos dos direitos e protegê-los com medidas concretas. No caso dos bens comuns, isso significa reconhecê-los como pertencentes a todos e vedar sua mercantilização, atribuindo-lhes a natureza de domínio público, inclusive em escala constitucional e internacional.

2.2 Constitucionalismo Garantista e Expansão Global

A globalização deslocou o centro de gravidade do poder normativo e os Estados nacionais enfrentam uma crise de efetividade marcada pela erosão de sua capacidade de regular a economia, proteger direitos sociais e responder a emergências ambientais. Isso porque, atores globais, sobretudo econômicos, exercem influência internacional desproporcional sem responsabilidades jurídicas equivalentes. A soberania estatal, que historicamente sustentou o paradigma constitucional, revela-se assim insuficiente para enfrentar os desafios impostos por poderes privados transnacionais e pela financeirização da ordem econômica global (Ferrajoli, 2010).

Diante disso, Ferrajoli propõe uma expansão do constitucionalismo para além das fronteiras estatais. Trata-se de reconhecer que os direitos fundamentais, por sua própria natureza universal, exigem garantias também universais. Isso implica construir instituições supranacionais capazes de exercer funções de governo e, sobretudo, de garantia, por meio de normas vinculantes, obrigações de prestação e mecanismos de controle jurídico internacional. O garantismo, nesse contexto, não é apenas uma proposta teórica, mas uma exigência política e jurídica diante da crise da legalidade constitucional e da fragmentação do poder global (Cademartori; Cademartori, 2014; Ferrajoli, 2010).

Esse garantismo global exige uma redefinição das funções públicas em escala planetária, voltadas à proteção de direitos e à salvaguarda de bens

fundamentais como a saúde, a alimentação e o meio ambiente. Não se trata de utopia normativa, mas de uma resposta racional à crescente desigualdade, às catástrofes ecológicas e à ausência de limites aos novos soberanos globais. A ideia de uma constituição da Terra, fundada em normas já positivadas em tratados internacionais, aponta para a construção de uma esfera pública mundial (Ferrajoli, 2022).

É nesse contexto que se insere a justiça climática, enquanto expressão da urgência por garantias internacionais capazes de proteger bens comuns ameaçados. O meio ambiente equilibrado, como condição material para o exercício de todos os outros direitos, prescinde de seu reconhecimento como direito fundamental exigível além do âmbito nacional. A habitabilidade do planeta, a qualidade do ar e da água e a biodiversidade, todos esses são bens comuns que transcendem as fronteiras nacionais e demandam instituições globais de garantia. A construção de um federalismo global, com funções e instituições de garantia planetárias, é, para Ferrajoli, a única forma de efetivar o princípio da igualdade e de impedir ou ao menos limitar as agressões desenfreadas dos poderes transnacionais aos direitos e bens fundamentais (Ferrajoli, 2010).

3 GARANTIA SECUNDÁRIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS E A JUSTIÇA CLIMÁTICA

A crise climática evidencia riscos existenciais e o esgotamento do paradigma de crescimento ilimitado: em nome do progresso, degradamos em escala antrópica condições básicas de vida e exploramos recursos vitais, como a água, ignorando sua finitude. Ganha força, assim, uma agenda de decrescimento induzido e de desenvolvimento sustentável, guiada pela ideia de responsabilidade intergeracional. Essa transição requer uma gramática jurídica que reconheça clima estável, ciclos hídricos e biodiversidade como bens fundamentais, indisponíveis ao mercado e protegidos contra o arbítrio estatal e econômico (Cademartori; Cademartori, 2014).

Para Cademartori e Cademartori (2014), a compreensão atual do meio ambiente como mero estoque de recursos revela uma visão limitada da dignidade

humana. A preservação ambiental deve ser entendida como garantia de oportunidades substantivas para o exercício da liberdade e, portanto, proteger o meio ambiente não é apenas evitar sua degradação, mas criar condições para ampliar as capacidades humanas e permitir escolhas reais de vida. O desenvolvimento sustentável, em sua acepção plena, deve assegurar uma liberdade sustentável: a continuidade da dignidade, saúde e autonomia para as atuais e futuras gerações. Essa perspectiva se alinha a uma concepção expandida de direitos fundamentais, que articula liberdades civis, direitos sociais e proteção ambiental de forma indissociável.

Nesse contexto, a justiça climática se consolida como desdobramento lógico dos direitos fundamentais. As mudanças climáticas não afetam a humanidade de forma uniforme: povos indígenas, comunidades tradicionais e grupos racializados, historicamente marginalizados, sofrem desproporcionalmente os impactos da crise ecológica, ainda que tenham contribuído minimamente para sua origem (Acselrad, Mello e Bezerra, 2009; Fagundez; Albuquerque; Filpi, 2021).

Conforme alerta o IPCC (2023), as emissões globais de gases de efeito estufa são marcadamente desiguais, tanto no tempo quanto no espaço. Países industrializados, desde o século XIX, acumulam a maior responsabilidade histórica pela crise climática. Nesse sentido, Malcom Ferdinand (2022, p. 22) resume de forma contundente a injustiça estrutural do sistema global: “uma dupla fatura persiste entre os que temem a tempestade ecológica no horizonte e aqueles a quem o convés da justiça foi negado muito antes das primeiras rajadas de vento”.

A justiça climática emerge, assim, como desdobramento da luta por justiça ambiental iniciada nas décadas de 1960 e 1980 nos Estados Unidos, em reação ao racismo ambiental e à imposição de riscos tóxicos sobre comunidades negras e empobrecidas (Albuquerque; Fagundez; Fabre, 2022, p. 132). Como destacam Acselrad, Mello e Bezerra (2009, p. 15), sua essência reside na crítica à concentração dos benefícios do desenvolvimento em determinados grupos, enquanto os custos ambientais são externalizados para os mais vulneráveis (Mascarello, 2024, p. 51). Portanto, a justiça climática deve ser entendida como movimento político-jurídico que busca integrar proteção ambiental e promoção dos direitos humanos, reconhecendo

que justiça social e justiça climática são dimensões interdependentes (Albuquerque; Aparicio; Fagundez, 2024, p. 81).

A categoria de bens comuns evidencia também a falácia distributiva apontada pela justiça climática: quem menos polui suporta a maior parcela dos danos. Para Ferrajoli, tal assimetria revela o déficit de garantias primárias e secundárias em escala mundial e seria esse "vazio' que justifica a expansão do garantismo para além das fronteiras nacionais, pois sem um "federalismo global" capaz de proteger bens comuns indisponíveis, qualquer proclamação de direitos permanece letra morta.

Assim, a demanda contemporânea por justiça climática insere-se na lógica da teoria garantista. Ela reclama a positivação explícita de deveres de mitigação, de adaptação e de reparação climática, bem como a abertura de vias judiciais internacionais que funcionem como garantias secundárias, aptas a sancionar a omissão ou a ação predatória de governos e corporações. A litigância climática, cada vez mais frequente perante tribunais constitucionais e cortes de direitos humanos, mostra-se, desse ponto de vista, não como ativismo extravagante, mas como corolário lógico da própria estrutura dos direitos fundamentais e dos bens que lhes servem de substrato material (Setzer; Vanhala, 2019).

Ao final, justiça climática e teoria garantista convergem na mesma fórmula: onde quer que a degradação ambiental comprometa a dignidade humana, há violação de bens comuns indisponíveis e, por consequência, de direitos fundamentais exigíveis. Assumir essa premissa significa reconhecer, à luz de Ferrajoli, que proteger o clima é dever jurídico inderrogável, sustentado por um sistema de garantias que deve operar, simultaneamente, nos planos nacional, regional e global. Como será desenvolvido a seguir, essa exigência já se projeta na jurisprudência internacional, em especial na Corte IDH, cuja atuação em matéria ambiental revela um caminho promissor para a consolidação da justiça climática como direito fundamental transnacional.

4 A CORTE IDH E A CONSTRUÇÃO DA JUSTIÇA CLIMÁTICA

A consolidação da justiça climática como direito fundamental exigível encontra respaldo normativo e prático na atuação da Corte IDH. A jurisprudência no âmbito de litígios climáticos desenvolvida por esse tribunal revela um campo emergente em que os bens fundamentais, como o meio ambiente equilibrado, o clima estável e os recursos naturais, passam a ser reconhecidos não apenas como interesses coletivos difusos, mas como direitos com conteúdo normativo próprio e passíveis de tutela jurisdicional.

A Corte IDH têm avançado no denominado 'esverdeamento dos direitos humanos', de modo que tanto em litígios quanto no exercício de sua função consultiva, vem reconhecendo a interdependência entre proteção ambiental e direitos humanos e concedendo uma 'proteção reflexa' do meio ambiente a partir dos direitos previstos e judicializáveis de forma autônoma à luz da Convenção Americana de Direitos Humanos (CADH) (Silva; Zaidan; Nóbrega, 2023, p. 148; Filpi, 2021).

Um dos primeiros casos de grande repercussão do SIDH que fez uso da estrutura dos direitos humanos para abordar as alterações climáticas surgiu da petição apresentada pela Conferência Circumpolar Inuit em 2005, em nome dos Inuit dos EUA e do Canadá, perante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (Setzer; Vanhala, 2019, p. 11). Na queixa, os EUA foram acusados de violar seus direitos fundamentais por não adotar medidas de contenção das mudanças climáticas (Duyck; Jodoin; Johl, 2018, p. 5). Em que pese o caso tenha sido arquivado, produziu impactos relevantes ao abordar a questão das mudanças climáticas sob a égide dos direitos humanos, mostrando que seus efeitos já estão afetando comunidades concretas e suas tradições, essencial para derrubar a noção de que as alterações climáticas gerariam consequências drásticas apenas em um futuro distante, destacando a urgência da realidade enfrentada por populações vulneráveis.

O primeiro caso a ser admitido e apreciado pela Corte IDH, em que o debate ambiental e climático com violações de direitos humanos foi articulado, foi o da Comunidade Mayagna (Sumo) Awas Tingni v. Nicarágua, julgado em 2001. No caso, a comunidade denunciou violações de direitos humanos por conta da autorização, pelo Estado da Nicarágua, de irregular exploração madeireira em parte de seu território tradicional. A partir dessa decisão, a Corte IDH iniciou o processo de

interpretar de forma integrada os direitos humanos previstos na CADH, conferindo-lhes uma dimensão ambiental significativa (Filpi, 2021, p. 74; Mazzuoli; Teixeira, 2015, p. 211).

A competência consultiva da Corte IDH também têm exercido papel de destaque no processo de esverdeamento dos direitos previstos na CADH e no avanço jurisprudencial em prol da justiça climática. Em 2017, foi proferida pela Corte a Opinião Consultiva (OC) 23 de 2017 (OC-23/17) sobre "Meio Ambiente e Direitos Humanos: Obrigações Estatais em relação ao meio ambiente no marco da proteção e garantia dos direitos à vida e à integridade pessoal". Com a OC-23/17, pela primeira vez no âmbito do sistema interamericano, reconheceu-se o meio ambiente como um direito autônomo, desvinculado da violação de outros direitos civis e políticos individualmente identificáveis. A Corte afirmou que o ambiente saudável é indispensável não apenas à sobrevivência da espécie humana, mas à concretização de diversos outros direitos, como à vida, à saúde e à integridade pessoal (Albuquerque; Barbieri; Rocha, 2021; Weidgenant, 2021, p. 74).

Ao reconhecer obrigações extraterritoriais dos Estados em matéria ambiental, a Corte antecipa, nesse ponto, a proposta ferrajoliana de um garantismo global, baseado em normas e deveres jurídicos voltados à preservação dos bens comuns da humanidade. Nos termos da Corte IDH, é certa “a existência de uma relação inegável entre a proteção do meio ambiente e a realização de outros direitos humanos, em tanto a degradação ambiental e os efeitos adversos da mudança climática afetam o desfrute efetivo de os direitos humanos” (Corte IDH, 2017).

Dos efeitos da OC-23/17, o caso Comunidades Indígenas Membros da Associação Lhaka Honhat (Nuestra Tierra) vs. Argentina, julgado pela Corte IDH em 2020, que foi o primeiro a examinar o direito ao meio ambiente de forma autônoma a partir do art. 26 da CADH e com base no precedente estabelecido pela OC-23/17 (Weidgenant, 2021, p. 74). Ele versou sobre a violação dos direitos territoriais e ambientais do povo indígena em razão da degradação de seus territórios tradicionais. A Corte reconheceu, além da violação à propriedade coletiva e à autodeterminação, a importância da preservação ambiental como elemento indissociável da identidade cultural dos povos originários (Corte IDH, 2020).

Outro precedente significativo é o recente caso La Oroya vs. Peru, no qual a Corte analisou a responsabilidade do Estado pela contaminação ambiental massiva na cidade de La Oroya, decorrente de atuação industrial poluente de um complexo metalúrgico instalado há décadas na região (Corte IDH, 2023a). Ficou comprovado que milhares de moradores, especialmente crianças, apresentaram problemas de saúde e houverem registros de óbitos diretamente atrelados à inércia estatal do Estado peruano para fiscalizar e regulamentar atividades poluentes (Fagundez; Albuquerque, 2024). A Corte reconheceu que essa omissão violou direitos fundamentais à vida, à saúde e à integridade pessoal e, ainda, reconheceu La Oroya como "zona de sacrifício" da degradação ambiental e das mudanças climáticas, ou seja, que a região vive sob um estado de injustiça climática (Souza, 2024).

Como destaca Ferrajoli (2010), a função garantista do Estado não se restringe à abstenção de lesões (garantias negativas), mas inclui deveres de atuação concreta para evitar danos e assegurar o pleno exercício dos direitos fundamentais (garantias positivas). O meio ambiente não é apenas o suporte físico das condições de vida, mas se torna eixo estruturante da dignidade humana em sua dimensão comunitária, espiritual e cultural, afinal, conforme a teoria ferrajoliana, os bens fundamentais são condições necessárias ao exercício das liberdades substantivas e sua degradação compromete a própria estrutura dos direitos humanos (Ferrajoli, 2010).

Esses julgados evidenciam o papel da Corte IDH como instância de garantismo secundário, atuando quando os Estados falham em cumprir suas garantias primárias. A judicialização das questões ambientais reconfigura os direitos humanos diante da emergência e da injustiça climática, ao criar mecanismos de exigibilidade jurídica para a proteção de bens comuns que transcendem as fronteiras nacionais e demandam ações coordenadas em níveis regional e internacional. Nesse processo, a justiça climática torna-se um campo de disputa normativa e política, exigindo a positivação de deveres concretos de mitigação, adaptação e reparação. Como apontam Albuquerque, Aparicio e Fagundez (2024), trata-se de um movimento que busca integrar a proteção ambiental à promoção dos direitos humanos, reafirmando a indissociabilidade entre justiça climática e justiça social.

5 CONCLUSÃO

O reconhecimento da justiça climática como direito fundamental exigível, e sua crescente justiciabilidade no âmbito da Corte IDH, aponta para um novo paradigma jurídico. Trata-se da construção de um constitucionalismo garantista transnacional, voltado à defesa de bens comuns e à proteção efetiva dos direitos humanos diante da crise climática e ecológica em curso. Nessa moldura, a atuação da Corte não apenas fortalece os mecanismos regionais de proteção, como também inspira a emergência de um direito internacional dos direitos humanos orientado pela justiça climática e pela dignidade das gerações presentes e futuras.

Ao longo deste ensaio, buscamos demonstrar que a justiça climática não constitui apenas uma aspiração ética ou um ideal político, mas um verdadeiro direito fundamental juridicamente exigível, cuja efetividade está atrelada à proteção dos bens comuns e à expansão das garantias no âmbito dos direitos humanos. A análise da teoria garantista de Luigi Ferrajoli, aliada à jurisprudência inovadora da Corte IDH, forneceu o arcabouço conceitual e os precedentes práticos necessários para sustentar essa tese.

Em síntese, compreender a justiça climática à luz do garantismo significa assumir que a degradação ambiental e as mudanças climáticas, atreladas aos contextos históricos de injustiça social e vulnerabilidades, representam uma violação de direitos fundamentais e que, portanto, demandam respostas institucionais firmes, tanto nacionais quanto transnacionais. A teoria de Ferrajoli e sua proposta de constitucionalismo global, ancorada em garantias primárias e secundárias transnacionais, oferece importantes fundamentos para essa reconstrução normativa; ao passo que a Corte IDH exemplifica sua aplicação concreta. Proteger o meio ambiente e garantir um futuro habitável não pode mais ser tratado como escolha política contingente, mas como dever jurídico inderrogável, sustentado por um sistema de garantias que opere, simultaneamente, em escalas locais, regionais e globais.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H.; MELLO, C. C. A.; BEZERRA, G. N. **O que é justiça ambiental.** Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

ALBUQUERQUE, L.; APARICIO, A. B.; FAGUNDEZ, G. T. Emergência Climática e Direitos Humanos: análise do caso Verein Klima Seniorinnen Schweiz And Others V. Switzerland. **Revista de Direitos Humanos em Perspectiva**,, v. 10, n. 1, p. 76-100, 26 ago. 2024. CONPEDI. http://dx.doi.org/10.26668/indexlawjournals/2526-0197/2024.v10i1.10516. Disponível em: https://www.indexlaw.org/index.php/direitoshumanos/article/view/10516. Acesso em: 02 out. 2024.

ALBUQUERQUE, L.; BARBIERI, I. B.; ROCHA, S. R. S. Opinião Consultiva 23/17 como mecanismo de proteção ambiental em jurisdição extraterritorial pela Corte Interamericana de Direitos Humanos. **Captura Críptica,** Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 51-66, dez. 2021.

ALBUQUERQUE, L.; FAGUNDEZ, G. T.; FABRE, R. Emergência Climática e Direitos Humanos: o caso do Fundo Clima no Brasil e as obrigações de Direito Internacional. **Revista de Direito Internacional**, v. 19, n. 1, 2022.

BARROSO, L. R.. Revolução tecnológica, crise da democracia e mudança climática: limites do direito num mundo em transformação. **Rei - Revista Estudos Institucionais**, [S.L.], v. 5, n. 3, p. 1.234-1.313, 18 dez. 2019. http://dx.doi.org/10.21783/rei.v5i3.429.

CADEMARTORI, D. M. L.; CADEMARTORI, S. U.. O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E O DIREITO À ÁGUA POTÁVEL: uma proposta de políticas públicas. **Conpedi 2014**, Florianópolis, p. 118-138, 2014. Disponível em: http://www.publicadireito.com.br/publicacao/ufsc/livro.php?gt=209. Acesso em: 10 maio 2025.

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS (Corte IDH). **Caso Comunidades Indígenas Membros da Associação Lhaka Honhat (Nuestra Tierra) vs. Argentina.** Sentença de 6 de fevereiro de 2020. Disponível em: https://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_400_esp.pdf. Acesso em: 05 de agosto de 2024

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS (Corte IDH). **Caso habitantes de La Oroya vs. Perú.** Sentença de 27 de novembro de 2023a. Disponível em: https://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_511_esp.pdf. Acesso em: 05 de agosto de 2024

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS (Corte IDH). **Opinião Consultiva OC-23/17, de 15 de novembro de 2017**. Meio Ambiente e Direitos Humanos. Obrigações Estatais em relação ao meio ambiente no marco da proteção e garantia dos direitos à vida e à integridade pessoal. Disponível em: https://www.corteidh.or.cr/docs/opiniones/seriea_23_esp.pdf. Acesso em: 04 ago. 2024.

DUYCK, S.; JODOIN, S.; JOHL, A. (ed.). **Routledge Handbook of Human Rights and Climate Governance.** New York: Routledge, 2018.

FAGUNDEZ, G. T.; ALBUQUERQUE, L. Saúde Única: o caso La Oroya e a relação entre degradação ambiental e violações aos direitos humanos. In: **VII ENCONTRO VIRTUAL DO CONPEDI, 2024, Florianópolis.** Florianópolis: CONPEDI, 2024. Disponível em: http://site.conpedi.org.br/publicacoes/v38r977z/24v08k12/n5B2XS3h0IYCd9z1.pdf. Acesso em: 02 set. 2024.

FAGUNDEZ, G. T.; ALBUQUERQUE, L.; FILIPI, H. F. F. C. M.. Violação de direitos humanos e esforços de adaptação e mitigação: uma análise sob a perspectiva da justiça climática. **Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos**, Bauru - SP v. 8, n. 1, p. 227-240, 2020. Disponível em: https://www3.faac.unesp.br/ridh/index.php/ridh/article/view/786. Acesso em: 04 ago. 2024.

FERDINAND, Malcom. **Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho**. SP: UBU EDITORA, 2022.

FERRAJOLI, Luigi. **A construção da democracia:** teoria do garantismo constitucional. Florianópolis: E-mais Editora, 2022.

FERRAJOLI, Luigi. Por uma carta dos bens fundamentais. **Seqüência**, v. 60, p. 29-73, jul. 2010.

FILPI, H. F. F. C. M.. **Contribuições da América Latina para uma litigância climática ecologizada.** 2021. 241 f. Dissertação (Mestrado). Mestrado em Direito, Programa de Pós-graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021.

MASCARELLO, M. A.. **Litigância estratégica em conflitos ambientais que envolvem mineração e o direito à Consulta Prévia, Livre e Informada aos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais: estudo de caso Mina Guaíba/RS**. 2024. 192 f. Dissertação (Mestrado). Curso de Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2024. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/259665. Acesso em: 02 nov. 2024.

MAZZUOLI, V. O.; TEIXEIRA, G. F. M. Tutela jurídica do meio ambiente na jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos. **Persona y Derecho,** v. 71, p. 203-227, 2015.

PAINEL INTERGOVERNAMENTAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS (IPCC) . **Summary for Policymakers. Climate Change 2023: Synthesis Report**, Geneva, AR6, p. 1-34, 25 jul. 2023. http://dx.doi.org/10.59327/ipcc/ar6-9789291691647.001. Disponível em: https://www.ipcc.ch/report/ar6/syr/downloads/report/IPCC_AR6_SYR_SPM.pdf. Acesso em: 04 out. 2024.

SETZER, J.; VANHALA, L. C.. Climate change litigation: a review of research on courts and litigants in climate governance. **Wires Climate Change**, [S.L.], v. 10, n. 3, p. 1-19, 4 mar. 2019. Wiley. http://dx.doi.org/10.1002/wcc.580. Disponível em: https://wires.onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1002/wcc.580. Acesso em: 02 out. 2024.

SILVA, L. B. M. ; ZAIDAN, J. V. S.; NÓBREGA, F. F. B.. A proteção jurídica do meio ambiente: uma análise à luz do sistema interamericano de Direitos Humanos. **Revista Jurisfib**, Bauru - Sp, v. 14, n. 14, p. 137-165, 2023.

SOUZA, M. E. Z. **Litigância climática estratégica na América Latina a partir da jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos: estudo do caso La Oroya vs. Peru**. 2024. 94 f. TCC (Graduação) - Curso de Direito, Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2024. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/262768/TCC_Maria%20Eduarda%20Zunino%20de%20Souza_a.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 1 maio 2025

WEIDGENANT, M. S.. A **Decolonialidade Ecológica: uma perspectiva a partir do Sistema Interamericano de Direitos Humanos após a Opinião Consultiva 23/2017.** 2021. 220 f. Dissertação (Mestrado). Curso de Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021.

O presente trabalho conta com o apoio do Programa de Excelência Acadêmica fomentado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (PROEX/CAPES).